

Política e vida interior: via de mão dupla.

Lincoln Alencar de Queiroz*

Em dernier ressort [...] nos décisions concernant le juste et l'injuste reposent sur le choix de notre compagnie, de ceux avec qui nous désirons passer notre vie. Et nous choisissons notre compagnie en pensant à des exemples, des exemples de gens morts ou vivants, et des exemple d'événements, passes ou présents [...] Mais il y a beaucoup de [...] chances, je le crains, qu'arrive quelqu'un qui nous déclare que [...] n'importe quelle compagnie fera l'affaire. Moralement et même politiquement parlant, cette indifférence [...] constitue le plus grand danger. Et cet autre phénomène très courant de la modernité – la tendance largement répandue à refuser de juger en général – va dans le même sens et est à la peine moins dangereux. C'est du refus et de la capacité d'entrer en rapport avec les autres par l'entremise du jugement que naît le véritable skandalon, la vraie pierre d'achoppement [...] C'est là que gît [...] la banalité du mal. (Hannah Arendt. Extrait d'une conférence donné à la New School for Social Research).

À margem dos livros de direito, do magistério da cultura jurídica e, assim, da inteira experiência profissional decorrente, o tema do poder político, sob a perspectiva da vida interior, não deixa de se apresentar como motor de toda dinâmica político-institucional da convivência mais comum entre os cidadãos e os homens e mulheres do poder amplamente reconhecido como legítimo. Entre a justiça (política) e o homem cidadão acham-se constituições e códigos, leis e regulamentos, instituições e entendimentos, e toda sorte de ferramenta política sempre apresentada como caminho para a realização de valores sociais e individuais elevados, ou, em outras palavras otimistas, para a realização da felicidade das pessoas. Essa leitura da realidade política abre um caminho de mão dupla entre a vida interior do ser humano e sua expressão exterior na vivência do cotidiano mais simples, ou seja, do mundo exterior.

Esse “do lado de fora” das pessoas é o “lugar” onde se concretiza a institucionalidade da vida e das relações interpessoais tratadas pela Jurisprudência (ciência do direito). Talvez, a desconsideração do mundo interior tenha obtido força e prestígio ainda maiores a partir dos

*Promotor de Justiça do Ministério Público do Amazonas

movimentos racionalistas ou positivistas e seu apego à razão como maneira de preservar sua credibilidade no mundo científico, entre os doutores do iluminismo. Nesse sentido, segundo Miguel Reale, Kelsen procurando purificar a Jurisprudência de toda influência de psicólogos, economistas, políticos e sociólogos, imaginou a ciência do direito como uma cidadela cercada por todos os lados por outras ciências que buscavam tomar para si seu objeto próprio de estudo: a norma (REALE, 1993, p. 455). Ao contestá-lo, o mestre brasileiro contrapôs-lhe uma inovadora teoria, amplamente conhecida com a teoria tridimensional do direito, abrangendo como seus elementos o fato, o valor e a norma. Numa compreensão sempre limitada dos ensinamentos dos mestres, vêem-se alargadas as muralhas da antiga cidadela, mas suas portas permanecem sempre fechadas pelo zelo por evitar a contaminação das outras ciências do lado de fora. Com essas lentes jurídicas, são concebidas, no âmbito das áreas profissionais da política e do direito, todas as estruturas estatais tal como as conhecemos hoje, seu funcionamento, sua composição e seu relacionamento com as demais pessoas. No mundo político, por ser tão forte essa noção, chegou-se à idéia libertadora do Estado de Direito Democrático como o limiar da solução mais avançada para a composição política das nações desenvolvidas. Compreenda-se: nessa construção racional, o justo direito (enunciados) legitima, organiza e quase santifica as instituições do Estado como mediadoras da realização dos valores e princípios sociais reconhecidos pelas pessoas de um determinado lugar.

Embora não se pretenda aqui um anátema jurídico, expõe-se um simples ponto de vista colhido a partir da vivência de experiências emocionais adquiridas no fluir do contexto institucional. Isso aponta, talvez, para uma nova realidade, cheia de incertezas, onde a natureza do conhecimento esteja mudando. Aqui, a razão pura já não mais desempenha um papel preponderante, ou único, nem é garantia absoluta de credibilidade nos métodos científicos e nas teorias do conhecimento. Valoriza-se mais o papel da experiência vivida na aprendizagem em todos os campos e a noção multidisciplinar no estudo das realidades se apresenta como natural opção face ao esgotamento das soluções e das respostas oferecidas pela reconhecida doutrina do direito, bem como pelos melhores compêndios de teoria geral do estado, todos amplamente ensinados e aceitos nas escolas de direito.

A par das estruturas políticas tradicionais, e seus estáveis laços de sustentação tecidos através de critérios predefinidos de legitimidade,

vivenciamos em nossos dias, e por toda parte, um amplo questionamento sobre a validade e a utilidade das instituições como porta-vozes dos anseios dos cidadãos. Mesmo nas democracias mais sólidas vê-se a proliferação de movimentos populares, sob a bandeira de temas universais como a preservação do meio-ambiente, a denúncia da corrupção, a proteção aos direitos humanos, a insatisfação com os sistemas financeiros, entre outros, independentes dos vínculos institucionais e, até mesmo, com forte teor crítico aos sistemas e às práticas mais comuns das relações estabelecidas entre o estado e os cidadãos. O momento presente é de insatisfação e de descontentamento, as pessoas parecem dizer ao estado: 'importe-se com o nosso bem-estar'. Esse fenômeno não se mostra passageiro nem é ignorado pelo poder constituído, contudo a postura de indiferença das pessoas políticas é a forma de reação mais comum à observação superficial. Essa postura tem como sutil resultado mover a política das instituições para a política das ruas. Aquelas estão progressivamente perdendo sua sustentação política, qual seja, o consentimento popular para sua representação, e, ao mesmo tempo, reagindo com uma forte argumentação jurídica para justificar seu atual questionável estado existência.

Para o filósofo político francês Jacques Rancière¹, estudioso das formas de aquisição e exercício do poder político, sob a perspectiva da comunidade e sua finalidade, da lei e seu fundamento, a noção do *desentendimento* é elemento essencial para a explicação e a inteligência da luta pela palavra e pela razão, decisiva em matéria de política. Ao lecionar, utilizando-se de exemplo histórico da Antiguidade romana, explica o escândalo causado aos patrícios quando a plebe, sem qualquer título de nobreza que ampare suas pretensões ao poder, através de greves, tenta falar e dizer. Ao contrário na noção corrente da boa prática política, concebida como a formação de um amplo entendimento em torno de certos temas e ações institucionais, Rancière lança a idéia do desentendimento para alcançar uma visão mais real dos fatos e acontecimentos da sociedade e seus conseqüentes conflitos. Isso significa dizer que, a exemplo do velho político romano e suas práticas persuasivas para pacificar as greves e protestos dos plebeus, tentando convencê-los da fragilidade ou inexistência de seus argumentos face à culta inteligência patrícia, também hoje se identifica a mesma prática quando a circunstância social e econômica dos homens do poder são a justificativa

¹ Jacques Rancière é professor de filosofia política da Universidade de Paris VIII (Vicennes-Saint Denis).

para a adoção de sua razão em busca do entendimento com os demais. Admitir o acesso à argumentação dos demais círculos da comunidade redundaria na aceitação de razões sempre diferentes, ou seja, na diversidade de pensamentos, concepções e idéias existentes nas pessoas das diversas alas sociais.

Nesse contexto, o entendimento mostra seu aspecto negativo por significar a anulação dos vários pensamentos coexistentes no mundo político através da imposição de uma razão mais plausível, segundo as concepções dos antigos patrícios, velha prática ainda viva.

De modo contrário, fazer política por meio do respeito à noção do desentendimento implica em reconhecer as diferentes forças de pensamento numa comunidade, suas falas e expressões, sua razão própria, sua visão dos acontecimentos. Isso não se pode traduzir senão por permitir-lhe o acesso ao poder. Para a melhor saúde política, partindo-se das premissas de Rancière, o *dissenso* é preferível ao consenso, este é resultado da vitória e não traz a pacificação porque sufoca as diferenças pela força, mas aquele é a possibilidade de apascentar os conflitos pela ampla participação de conjuntos de comunidades na aquisição e exercício do poder em dado local. Para o autor, *dissenso* é política e *consenso* é polícia (esta traz o *dano* à política). Em suas palavras,

O que se chama, em língua policial, 'o fim do político' não é talvez nada mais que o remate do processo pelo qual a meta-política, enrolada no coração do político e enrolando em volta de qualquer coisa o nome do político, o esvazia do interior, e faz desaparecer, em nome da crítica de toda aparência, o dano constitutivo do político. No final do processo, o dano, depois de ter passado pelo abismo de sua absolutização, é trazido de volta à iteração infinita da verdade da falsidade, à pura manifestação de uma verdade vazia. A política que ele fundava pode então identificar-se ao inatingível paraíso original onde indivíduos e grupos utilizam a palavra que é o próprio do homem, para conciliar seus interesses particulares no reino do interesse geral. (RANCIÈRE, 1996, p. 93).

A partir desses estudos políticos estão sendo construídas nos centros de estudos sociais as leituras de fatos como o terrorismo, o fundamentalismo e o radicalismo político, comuns em todas as comunidades contemporâneas, mesmo nas locais. O foco do estudo está se deslocando das instituições para os grupos sociais e familiares, de onde provém as pessoas ocupantes de cargos ou funções nas

estruturas políticas tradicionais, bem como aquelas outras integrantes dos movimentos sociais. A verificação e a aplicação dessas noções não está distante do cotidiano da experiência institucional das pessoas do poder. A sensibilidade aos acontecimentos mais comuns, mesmo aqueles da vida profissional, chamam a atenção para a dinâmica do poder demonstrada pela percepção dos filósofos da política.

É exatamente através da sensibilidade à verdade do cotidiano, da lúcida experiência emocional adquirida do mundo da vida, que é esclarecida a noção do exercício do poder político tal como pensado pelos filósofos. Essa vivência emocional, por sua vez, é o vínculo simples e natural entre o mundo interior, onde se plasma a pessoa, e o mundo exterior onde acontece a política e se formam as instituições. É lançar o olhar para os círculos primários do convívio social, como a família, a escola, os amigos e os grupos, para lá buscar as molduras iniciais em cuja figura se espelham as expressões da formação e do funcionamento das macroinstituições políticas.

Isso já era bem reconhecido por Foucault quando se orientou a estudar a *microfísica* do poder, fazendo a abordagem em seus aspectos mais elementares de exercício e formulando a idéia de *genealogia*² para aplicá-la em contraste à noção tradicional de poder. Na conjuntura local, utilizando-se da genealogia de Foucault como maneira de reconhecer e valorizar o saber, o conhecimento, o modo de ser e de ver o mundo das populações do interior³, estes seriam classificados como fontes de verdades da vivência humana, distintas da forma unitária e excludente do saber científico tal como é concebido. Essa visão exclusivista de ciência – outrora empregada por Kelsen para afastar da Jurisprudência as outras ciências – influi na própria condição do exercício do poder quando a uns nega a oportunidade de participação através do descrédito de suas verdades da vida. Essa postura social de uns é, em sua essência, uma impostura política nos molde do pensamento de Rancière, pois, negando a outros a possibilidade expressão do seu conhecimento vivido, afasta-os também do acesso e da participação no exercício do poder, tirando-lhes a possibilidade de dizer e falar, e, em outras palavras, corresponde a não aceitar a sua existência política.

² Foucault define genealogia como “o acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais”. Posteriormente acrescenta que “são os efeitos de poder próprios a um discurso considerado científico que a genealogia deve combater” (FOUCAULT, 2003, p. 171).

³ A remissão àquelas populações do interior não exclui a integração de outras comunidades locais na utilização da idéia de Foucault sobre a genealogia.

Reconhecendo o tecido das relações elementares de poder, cujos pontos fundamentais estão para quem das macroinstituições, e ao mesmo tempo lhes servem de sustentação, afirma Foucault que *“nada mudará a sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo e ao lado de Estado a um nível mais elementar, cotidiano, não forem modificados”*⁴.

As novas concepções na política e na filosofia política surgem num contexto de amplo descrédito das forças políticas tradicionais e suas instituições. Nesse momento, são agregados aos conhecimentos clássicos novas perspectivas, trazidas da observação do cotidiano das pessoas – aspirações, realizações, dificuldades, emoções – e sua influência criativa ou destrutiva na macroestrutura sócio-política que compõem. É o reconhecimento das estruturas institucionais como produto da dramatização das experiências interiores de homens e mulheres do poder e dos demais cidadãos das diferentes comunidades políticas circundantes⁵.

Pesquisando sobre o assunto, o psicanalista inglês Andrew Samuels⁶, a partir da compreensão da realidade decadente da política contemporânea, a falta de “integridade, imaginação e novas idéias” das pessoas do poder (SAMUELS, 1992, p. 15), propõe uma nova abordagem para tentar “compreender a política secreta do mundo interior das experiências emocionais, pessoais e familiares com as tentativas de revelar a psicologia secreta de questões prementes do mundo moderno, como liderança, economia, ambientalismo e nacionalismo”, levantando as seguintes questões que, segundo o autor, precisam de respostas:

- Em que medida estamos felizes com as visões atuais da ‘realidade’ política que se nos apresenta e a forma pela qual os maiores partidos políticos parecem ver o futuro?
- Estamos de acordo com os objetivos propostos pelos políticos?
- Podemos fazer melhor? Se sim, o que deve mudar em nós como indivíduos, bem como na sociedade?

⁴ Citação do autor posta na contracapa de seu livro.

⁵ Ao citar Freud, o autor afirma que a psicanálise tem a capacidade “de jogar uma luz sobre as origens de nossas instituições culturais, da religião, moralidade, justiça e filosofia. Nosso conhecimento da doença neurótica dos indivíduos tem contribuído muito para nosso entendimento das grandes instituições sociais” (SAMUELS, 2002, p. 19).

⁶ Membro da academia americana de psicanálise e à frente de um consultório junguiano em Londres, Samuels foi consultor do Partido Trabalhista da Inglaterra e de diversas outras instituições civis.

- Como o nosso sistema político deve mudar para reconquistar o respeito de grupos de indivíduos alienados e excluídos, incluindo os jovens em geral?

Admitindo-se, dessa maneira, o vínculo necessário entre o mundo interior da pessoa e o mundo exterior da política, ou do poder, não se estará fazendo outra coisa senão relembrar a máxima do conhecimento vulgar, amplamente difuso entre estudantes, professores e profissionais, segundo a qual “direito não é matemática”. Acrescente-se também ao provérbio a política e seus objetos de estudo, evidenciados o *poder* e a *legitimidade*. Quando se dissocia a compreensão desses temas de ciência política das questões mais íntimas da psique das pessoas, o resultado é a sua desumanização, seu afastamento do eixo da verdade da vida para incluí-lo num pseudométodo racional e objetivo de abordagem. Nessa acepção, os questionamentos sobre a legitimidade de um governo ou da existência de uma instituição resolvem-se, muito rapidamente, opondo-lhes a força de uma dada ordem normativa. Desvia-se a atenção do elementar sentido do consentimento popular, essencial à democracia, para a imposição do poder e seu exercício pela força dos sistemas jurídicos (violência). A legitimidade passa a decorrer unicamente da norma, sem seu substrato político: o consentimento da comunidade de cidadãos.

Em suas observações no campo da política, o psicanalista inglês, após formular os questionamentos-base de seu discurso, chama a atenção para a necessidade de os cidadãos esclarecerem suas idéias e seus correspondentes compromissos políticos intuitivos, com a finalidade de assumir posições mais claras numa ação política mais efetiva. É um chamamento ao autoconhecimento numa tentativa de responder às indagações propostas e, ao mesmo tempo, trabalhar a auto-estima dos cidadãos em situações de confronto, pois, a vida política sempre envolverá o poder e a luta pelo poder. Nesse nível de consciência é sempre possível conseguir aceitável grau de sucesso na vida política sem perder o amor-próprio, nem a capacidade de auto-expressão. Em suas premissas, afirma o autor que

Trabalhar com essas zonas proibidas mostra que é legítimo e necessário questionar os limites convencionais entre o público e o privado, o político e o pessoal, o mundo exterior e o interior, ser e fazer, extroversão e introversão, e entre política e psicologia – entre as fantasias do mundo político e as políticas do mundo da fantasia (SAMUELS, 2002, p. 28).

O engajamento político, ou a tomada de posicionamento no âmbito do exercício do poder, tem sempre suscitado a repulsa dos protagonistas, em face do grave estado de descrédito e desânimo hoje presente em todos ambientes tradicionais onde fluem o poder político oficial. Esse é o sentimento comum das pessoas ao se verem obrigadas, por circunstâncias de suas vidas, a interagirem com suas próprias instituições políticas. Percebe-se um sintoma na perda de identificação pública com as instituições ortodoxas e deflui dessa patologia o surgimento de movimentos políticos afastados dos corredores da oficialidade, engajados na busca de soluções criativas para problemas atuais, cuja resposta oficial, quando existe, é insatisfatória.

Observando-se a realidade social a partir desse contexto, vê-se muito claramente que o surgimento de movimentos sociais – impulsionados sob a bandeira de questões cujo cuidado seria tradicionalmente próprio do Estado como a economia, as políticas institucionais, o meio-ambiente, os direitos humanos, a transparência institucional, a paz, a cidadania, os indígenas, entre outros incontáveis temas – representam uma verdadeira remoção de *energia política* do âmbito de instituições moribundas para o seio das comunidades vivas nas ruas. Esses movimentos têm forte caráter valorativo e anunciam, além da rejeição emocional à política formal, um “conjunto de valores baseados na idéia de levar uma vida compreensível e com finalidade, apesar das intensas forças sociais que trabalham contra a inteligibilidade e a finalidade” (SAMUELS, 2002, p. 31). Há um rico conteúdo para ser assimilado e apreendido desses movimentos, especialmente seu marcante compromisso com a mudança desse estado de coisas. Estando esgotadas as fontes tradicionais de soluções políticas, a criatividade encontrada nos movimentos é ponto de referência para reformar instituições ortodoxas, transformando-as em centros de poder mais identificáveis com as diversas comunidades políticas, participantes ou não desses mesmos movimentos. É também preciso refletir o porquê desses movimentos satisfazerem tantos anseios e serem tributados com a confiança de parte expressiva da opinião pública.

A ciência política contemporânea e sua abertura a novas formas de aquisição e reflexão sobre o conhecimento e o poder, a psicologia e sua tentativa de compreender as emoções humanas mais evidentes nesse momento histórico e, mais importante, a sensibilidade ao conhecimento da vida, compelem os cidadãos, inclusive aqueles mergulhados no exercício do poder, a considerar como solução para as tensões políticas do cotidiano

um novo compromisso com a transformação.

Não se propõe, nesse estudo, uma mudança rápida e irrestrita, pois isso denunciaria um íntimo desespero, ou descrença, ou pior, uma falsa mudança representada pela colocação de soluções impossíveis de serem implementadas. Ao contrário, parte-se de soluções nascidas da verificação do cotidiano simples e da profunda consciência de limitação individual. Todavia, nos contornos do realizável, encontra-se o cenário para as práticas criativas e as atualizações dos valores percebidos. Importa em recolocar os valores esquecidos de volta ao seu lugar, sempre considerando as ocasiões pertinentes, através de atos do cotidiano, orientados à transformação constante da política e da pessoa.

Ao assimilar, segundo o psicanalista político, o conceito de cidadão *suficientemente bom*, através da compreensão da *ambivalência*⁷ dos atos humanos, o fracasso decorrente da não-realização pode ser reinterpretado com criatividade e sem danos, ou frustrações, à personalidade do cidadão. É um exercício de realização consistente em se aplicar o máximo de imaginação na solução de certo problema sem a preocupação em poder ou não transcendê-lo ou transformá-lo. Realiza-se, assim, pela iniciativa pessoal, o valor a ser atualizado para o *momento presente*, dentro das possibilidades de transformação inerentes a cada pessoa, exerça ela ou não o poder.

De fato, a tentativa de se identificar um governo ou instituição com os valores políticos de uma comunidade é o esforço para torná-los legítimos, ou consentidos, e deve passar necessariamente pela identificação desses mesmos valores, pela sensibilidade aos anseios e as expectativas dos diversos grupos. Para tanto, é preciso lançar um novo olhar direcionado à releitura do exercício da cidadania em todos os seus aspectos, bem como à revisão da cultura acadêmica e suas conseqüências no mundo profissional, tomando por base o critério da realização pessoal de valores a serem urgentemente atualizados segundo a realidade sensível do momento presente. Quanto maior o grau de legitimidade alcançada por um governo ou instituição, maior a possibilidade de satisfação da comunidade política através da realização de seus mais simples e elementares valores, entre eles o bem comum e a felicidade.

⁷ Segundo o autor, "A ambivalência conduz a um meio-termo entre amor e ódio ao permitir que eles coexistam, em vez de tentarem negar um ou outro e, assim, forçar os indivíduos a extremos ainda maiores. ('Atrás de todo fanatismo, espreita uma dúvida secreta', disse Jung.) Aceitar a inevitabilidade da ambivalência nos capacita a aceitar as paixões do discurso político sem temer que elas nos dominem" (SAMUELS, 2002, p. 215).

Bibliografia

- CHÂTELET, François. *História das idéias políticas*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000.
- COICAUD, Jean-Marc. *Légitimité et politique*. Contribution à l'étude du droit et de la responsabilité politique. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 18. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.
- REALE, Miguel. *Filosofia do direito*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 1993.
- RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*. Política e filosofia. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- SAMUELS, Andrew. *A política no divã: Cidadania e vida interior*. São Paulo: Summus editorial, 2002.
- SAKAMOTO, Leonardo. Abrindo a caixa preta. *Super interessante especial cidadania*, São Paulo, p. 31-35, Maio. 2003.